

Prefácio*

Serviço Social e trabalho: desafios em tempos de urgência

O trabalho como dimensão vital e perene do gênero humano assume na atual contextualidade de crise estrutural do capital um sentido de urgência em seu desvendamento crítico. A confluência de crises - sanitária, econômica, política, social, ambiental - que assola o mundo nas primeiras décadas do século XXI - coloca o trabalho no fio da navalha (RAICHELIS; ARREGUI, 2021)¹, imbrincado que está com as profundas transformações do capitalismo em escala global.

O domínio do capital financeiro e o impacto das biotecnologias sob a lógica da maximização do lucro resultaram, desde o final da década de 1970, num processo crescente de aquisições e fusões em larga escala, transformando a geografia histórica do capitalismo, que se aprofunda com a crise econômica mundial de 2008 (HARVEY, 2011)². Gigantescos oligopólios transnacionais controlam a produção de alimentos, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, e também a de produtos farmacêuticos, derivados do petróleo e a produção vinculada ao desenvolvimento de biotecnologias e sistemas informacionais (WALLACE, 2020)³.

Com vistas à maximização do lucro sem limites, o capital, por meio da automação industrial e digitalização da produção, dispensa cada vez mais trabalhadores (as), amplia a precarização das condições de trabalho na cadeia produtiva dos setores agrícola, industrial e de serviços, promove a devastação do trabalho e dos direitos dele derivados. Inúmeros estudos evidenciam que o agronegócio, como um dos pilares da economia de muitos países do Sul global, e em especial da economia brasileira, vem crescendo na base da espoliação da força de trabalho, da concentração e expropriação violenta de terras e da destruição da natureza.

Sabemos que as crises no capitalismo não são fenômenos eventuais, mas constitutivos do movimento sociometabólico do capital. São elas que possibilitam a retomada de condições propícias à acumulação e lucratividade do

*DOI – 10.29388/978-65-81417-38-3-0-f.11-16

¹ RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GH-rpwQR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2021.

² HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

³ WALLACE, R. **A pandemia e o agronegócio**. Doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante & Igrá Kniga, 2020.

capital, com vistas a eliminar a concorrência e criar novos setores e nichos de acumulação.

A crise sanitária provocada pela Covid-19 apresentou-se como catalizadora dessa processualidade contraditória. Ela desvelou a forma pela qual o capitalismo e o Estado burguês, a serviço dos interesses gerais do capital, vinham respondendo às suas crises, desde os anos de 1970, para reverter a tendência da queda das taxas de lucro em decorrência da superprodução de mercadorias e subconsumo, centralização e superacumulação de capitais, aumento do poder dos monopólios e financeirização da economia.

Nesse processo, o capital incorpora as inovações e os avanços tecnológicos e científicos, especialmente as tecnologias de base digital (TIC), que aceleram a produtividade do trabalho, provocam economia de trabalho vivo, ampliam e diversificam a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (MARX, 1968)⁴, contribuindo para comprimir salários e enfraquecer as lutas coletivas.

Frente a esse contexto, a precarização do trabalho não é uma fatalidade ou uma situação excepcional, como muitos (as) querem fazer crer, ainda mais na situação de pandemia em que nos encontramos, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização ultraneoliberal, com maior incidência nos países da periferia. A precarização do trabalho é um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho nos quadros do capitalismo hegemônico pelas finanças, que combina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho – tripé que sintetiza a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2020)⁵.

Contudo, embora a precarização do trabalho não seja um fenômeno novo, ela assume novas dimensões e manifestações na atualidade, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho.

A pandemia da Covid-19 vem ocorrendo em uma conjuntura em que já existia um quadro acumulado e alarmante de informalidade, desemprego e desproteção no mercado de trabalho brasileiro, que vem se agravando no âmbito do capitalismo pandêmico (ANTUNES, 2020), uma vez que combina crescentes níveis de exploração e degradação humanas à destruição sistemática do meio ambiente.

No Brasil, o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 radicalizou a crise e a ofensiva ultraneoliberal, em um cenário particular de avanço do campo abertamente conservador, reacionário e neofascista, como observaram em suas análises vários (as) autores (as) dessa coletânea. A velocidade dos desmontes

⁴ MARX, K. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro 1. v. 1 e 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

⁵ ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo, Boitempo: 2020.

operada pelo conjunto de ataques à legislação trabalhista, à previdência pública, à garantia de recursos do fundo público para financiamento das políticas sociais, bem como as medidas de ajuste fiscal, a exemplo da EC n. 95 de 2016, que congela gastos primários da União por 20 anos visaram, exclusivamente, repor as condições de superexploração da força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras, gerando um aumento exponencial de demandas e requisições para o Serviço Social, que tem no conjunto das políticas sociais o seu campo de atuação privilegiado, bem como no Estado, em suas três esferas de poder, notadamente municipal, seu maior empregador.

Por todas essas razões essa coletânea *Serviço Social em tempos neoliberais*, cujo convite para prefaciá-la trouxe-me enorme alegria e grande responsabilidade, é mais do que oportuna e relevante.

Primeiro, por se tratar de obra coletiva organizada por docentes da UERJ, que além de camaradas de longa data, são autores (a) de referência no Serviço Social brasileiro. Trata-se de um livro que reúne pesquisadoras (es) experientes de alto calibre e jovens quadros profissionais e pesquisadoras (es) das principais universidades do Rio de Janeiro, doutorandas (os) e mestrandas (os) do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ, comprometidas (os) com o projeto profissional do Serviço Social brasileiro e seus fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos voltados para a conquista de vida digna e direitos para todos (as), tendo como horizonte uma sociedade igualitária e emancipada.

Segundo porque esse esforço acadêmico e profissional orienta-se pela melhor tradição do pensamento histórico-crítico voltado à análise do trabalho em tempos de devassa e desconstrução pelo sistema global do metabolismo antissocial do capital (ANTUNES, 2020)⁶. Tal dinâmica societária exige a busca de respostas a um conjunto de antigas e novas indagações, que possam prescrever a processualidade contraditória do trabalho e seu sujeito vivo, a classe trabalhadora. Imperativo ainda maior quando o que está em questão é não apenas entender o mundo, mas transformá-lo, como afirmou Marx em sua famosa tese sobre Feuerbach em 1845, mais atual do que nunca.

E por último, mas não menos importante, o que torna essa coletânea relevante é o fato de trazer para o centro do debate a temática do Serviço Social e [...] os desafios postos ao trabalho de assistentes sociais nestes tempos ultraneoliberais [...], eixo comum dos 10 textos que a integram, nas palavras dos (a) organizadores (a) na apresentação. O que implica desvelar as novas configurações do trabalho na contemporaneidade de nosso capitalismo dependente, periférico, escravista, patriarcal e patrimonialista, que rebatem no trabalho profissional e na sociabilidade individual e coletiva dos sujeitos responsáveis pela implementação das políticas sociais, criticamente analisadas

⁶ Antunes, R. **Coronavírus** – o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. e-book.

pelos autores (as), em distintas áreas, com destaque para as políticas de educação, previdência social, saúde e assistência social.

No caso do Brasil, que convive com um mercado de trabalho que excluiu historicamente imensas parcelas da classe trabalhadora do trabalho regulado e protegido, as consequências são ainda mais profundas. Observa-se a ampliação sem precedentes do desemprego e da informalidade, queda dos salários e da renda, aumento da pobreza, da fome, da desigualdade social, da precarização da vida e do trabalho, desencadeando assédio moral, sofrimento e adoecimento de trabalhadores (as), entre os (as) quais assistentes sociais.

Como se depreende das análises desenvolvidas em vários capítulos deste livro, programas e benefícios sociais são atravessados pela lógica das urgências (TELLES, 2020)⁷, não apenas em função da Covid-19 e da premência de iniciativas de apoio e monitoramento do impacto da pandemia nas periferias, nas favelas, nas prisões, nos quilombos, nas populações indígenas, mas porque essa lógica das urgências é uma questão permanente numa sociedade dependente, estruturalmente desigual, racista e sexista, que em tempos de tragédia social⁸ acelera ainda mais o genocídio das populações indesejáveis e descartáveis, especialmente feminina, preta e parda, análises presentes nas reflexões de vários (as) autores (as) desta coletânea.

Nesse contexto, presencia-se a expansão da digitalização do trabalho e de modalidades de trabalho *online* existentes até então de modo residual, como o *home office*, e as várias modalidades de trabalho remoto e teleatendimento, que passaram a ser adotadas em larga escala, em todas as áreas e setores do mercado de trabalho público e privado, atingindo também o trabalho de assistentes sociais. Tal situação não apenas incorpora novas formas de organização, processamento e controle do trabalho, orientadas por uma racionalidade gerencialista e produtivista, como (re)configura a natureza do trabalho profissional e suas formas de ser nos diferentes espaços ocupacionais em que se inserem assistentes sociais.

É crescente a dependência que trabalhadores (as) e consumidores (as) passam a ter das plataformas digitais, monopolizadas por grandes conglomerados internacionais, para o desenvolvimento de uma multiplicidade de atividades de trabalho e da vida cotidiana, considerando o acesso desigual às TICs e a exclusão digital de imensas parcelas da classe trabalhadora em função de marcadores de classe, gênero, raça, etnia, território e geração, como problematizado pelos (as) autores (as) em vários capítulos deste livro.

Essa tendência, que já existia no trabalho de assistentes sociais antes da pandemia, agora se expande e se generaliza em razão das situações que

⁷ TELLES, V. **Micropolíticas da vida em tempos de urgência**. Rio de Janeiro: Dilemas, 2020.

⁸ No momento em que escrevo esse prefácio (novembro de 2021), o Brasil atingiu a trágica cifra de mais de 611 mil mortes e quase 22 milhões de infectados (as).

mesclaram trabalho presencial e trabalho remoto em domicílio, sem alteração dos contratos de trabalho, com ampliação das jornadas de trabalho sem contrapartidas, nem sempre acompanhadas de reflexão sobre as mudanças nos conteúdos do trabalho provocadas pelas novas formas de organização e gestão, conforme evidenciado nas reflexões que compõem nessa coletânea. O grande desafio a ser enfrentado é não sucumbir à naturalização desse “novo normal”, pois o que era embrionário e residual tende a permanecer no pós-pandemia, como já é possível observar nos diferentes espaços ocupacionais nos quais se inserem assistentes sociais, nos âmbitos público e privado.

O teletrabalho ou trabalho remoto se, por um lado, viabilizam respostas, ainda que parciais, a necessidades sociais de parcela da população usuária em um contexto de isolamento e aumento da violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes; por outro, ampliam jornadas de trabalho sem remuneração, suprimem as fronteiras entre trabalho e vida privada, transferem custos aos/às próprios/as trabalhadores/as, além de trazerem maior impacto sobre a vida das mulheres pois, nas atividades de cuidados e no âmbito do trabalho reprodutivo, são elas que assumem as responsabilidades decorrentes da tradicional divisão sexual e patriarcal do trabalho.

No trabalho presencial, o recrudescimento de antigas e indevidas requisições profissionais, movidas pela urgência social, como o auxílio emergencial, a distribuição de cestas básicas, entre outras, pressiona por respostas profissionais que passam ao largo das políticas e sistemas públicos de proteção social, contando com equipes defasadas, precárias condições materiais e tecnológicas, ausência de protocolos e planos de contingência, colocando em risco a saúde e a vida de trabalhadores (as) e usuários (as).

Todas essas situações nos convocam a refletir sobre as modalidades de trabalho remoto e presencial como faces contraditórias e complementares da nova morfologia do trabalho profissional no capitalismo contemporâneo (RAICHELIS, 2020)⁹. Assim como exigem apreender o significado da tecnologia em sua historicidade, como produto do trabalho social cristalizado no sistema maquínico-digital, que potencializa a subsunção real do trabalho intelectual aos circuitos de valorização do capital; mas, ao mesmo tempo e contraditoriamente, conforme reflexão de um dos textos, abre possibilidades inéditas de apropriação crítica das TIC em uma dimensão contrahegemônica, desde que sejam superados tanto os determinismos quanto os fetichismos que cercam o uso das tecnologias. Torna-se urgente pois a criação de estratégias de enfrentamento das múltiplas situações que podem colocar em xeque os valores

⁹ RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In: Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. v. 2. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

éticos e os compromissos históricos da profissão com a classe trabalhadora, reconhecendo potencialidades, limites e contradições.

É em torno desse cenário e das complexas questões que envolvem o exercício profissional de assistentes sociais enquanto trabalhadores (as) assalariados (as), no enfrentamento dos desafios para a materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social, que essa coletânea está organizada e vem a público.

Que ela seja lida, apropriada e problematizada pelo público leitor, contribuindo para imprimir novos significados e conteúdos ao trabalho coletivo e compartilhado no cotidiano profissional.

Profa. Dra. Raquel Raichelis

Coordenadora e professora do PPG em Serviço Social – PUC-SP
novembro, 2021 (em plena pandemia da Covid-19)